

O sindicalismo e os movimentos de luta contra a globalização neoliberal

Por Rafael Freire*

Os acontecimentos sucedem-se aceleradamente e a elaboração de uma visão mais estruturada da atual conjuntura internacional enfrenta grandes problemas metodológicos. Cientes dessa dificuldade, vamos aqui apenas pontuar alguns aspectos que consideramos fundamentais para analisar os rumos da luta mundial contra a globalização neoliberal, sem pretender com isso traçar um quadro geral da conjuntura mundial. Posteriormente, analisaremos as características dos movimentos sociais críticos da globalização neoliberal e os desafios que deve enfrentar em sua construção. Nesse marco, discutiremos as tarefas que tem o Fórum Social Mundial – e o movimento sindical internacional ao seu interior¹.

■ Dimensões da conjuntura mundial

Desde o “fim da Guerra Fria” muito tem se especulado sobre o que seriam as características da cena internacional. Mas, pelo menos, a visão piegas que contaminou setores progressistas e da esquerda na primeira metade dos anos 90 está desfeita: ninguém acredita mais que esse seja um mundo sem conflitos gerais, com a ONU como centro de um governo internacional e uma crescente cidadania mundial.

Trabalhamos aqui com um desenho de sistema mundial que tem o dólar e as Forças Armadas dos EUA no seu centro, vitoriosos nas disputas inter-imperialistas desde inícios dos anos 90². Essa visão contrapõe-se a outras que vêem um mundo dominado por um “Império” difuso, uma disputa em pé de igualdade entre três centros imperialistas (EUA, Europa e Japão), ou mesmo o surgimento de uma nova hegemonia em oposição à norte-americana. Assim, a “globalização” (ou “mundialização”) se nos apresenta

* Secretário Nacional de Organização da CUT.



como momento particular da hegemonia imperialista norte-americana – não como sua dissolução. E a financeirização da riqueza nada mais é do que a expressão do inchaço especulativo baseado na economia do dólar.

Mas esse não é um sistema estabilizado, nem permite supor que as disputas no seu seio tenham cessado. Faz parte do cardápio de respostas do capital à crise econômica internacional dos anos 70 – sem, no entanto, ter tido sucesso na retomada de um ciclo longo de crescimento e acumulação. Daí seu caráter predatório sobre as economias dos países subdesenvolvidos e sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro (os dos países imperialistas incluídos). Que os EUA tenham se imposto às demais potências imperialistas não quer dizer que elas não busquem ameaça-los no plano econômico ou pôr limites ao exercício do seu poderio militar.

O neoliberalismo é a expressão programática dessa hegemonia. Está a serviço da financeirização da riqueza em

escala planetária. Aprisiona as economias nacionais ao circuito mundial do capital e proclama o fim dos Estados-nação. Mas ninguém se atreve a especular sobre o fim dos EUA como Estado-nação, por exemplo, ou a sua subordinação a uma “governança mundial” cidadã. O neoliberalismo é uma receita para a subordinação das nações ao poder imperial –já esse se baseia em outros paradigmas, que contempla entre outros, o gigantismo dos gastos militares estatais. Mas o sentido é o mesmo, valorizar o grande capital em resposta às dificuldades de realização encontradas desde os anos 70.

“O caso da Argentina é paradigmático, já que se trata de um país considerado um “aluno aplicado” em relação ao receituário: se ali, por um lado, os capitais internacionais realizaram grandes lucros, pelo outro, instaurou-se o caos social e político.”

Esse receituário neoliberal está em questão. Na agenda política desde os anos 80 e dominante desde os anos 90, o neoliberalismo não resiste a um balanço de suas duas décadas de hegemonia: suas “conquistas” enquanto novo regime de acumulação capitalista são pífiyas. O caso da Argentina é paradigmático, já que se trata de um país considerado um “aluno aplicado” em relação ao receituário: se ali, por um lado, os capitais internacionais realizaram grandes lucros, pelo outro, instaurou-se o caos social e político. Uma experiência que hoje ninguém recomendaria (nem mesmo o FMI ou Banco Mundial, ou então os muitos “analistas” brasileiros que nos últimos anos tinha a Argentina como referência a ser seguida).

Estamos exatamente nesse momento: uma grande deslegitimação do receituário neoliberal. Esse “estado de ânimo” na opinião pública mundial vinha da combinação de uma sucessão de crises (Tigres Asiáticos em 1997, Rússia e bolsa de valores dos EUA em 1998, Brasil em 1999, logo a seguir Turquia e Argentina etc.) e a verificação por parte das populações dos mais diversos países de que sua situação não melhorava, com um modelo baseado em alto desemprego, emprego precário, trabalho mal remunerado etc. –de fato, na Europa, nos 90, pela primeira vez desde o final da 2ª Guerra Mundial, se disseminava a sensação de que os jovens viveriam pior que a geração dos seus pais.

Mas se esse programa está desgastado, não quer dizer que outro já esteja posto –nem entre as classes dominantes mundiais, nem entre os setores críticos da globalização neoliberal. Não há ainda alternativas firmadas, mas uma busca delas. Deslegitimação do “consenso conservador” anterior e busca de alternativas: é nesse contexto que devemos analisar os movimentos sociais anti-globalização neoliberal.

■ **Resistências na nova conjuntura**

A resistência ao neoliberalismo começou junto com sua implantação duas décadas atrás. Mas só alguns movimentos de resistência coincidiram com a nova conjuntura de desgaste dessa política (que podemos situar no momento da crise dos Tigres Asiáticos em 1997). Essa foi a importância de Seattle (EUA) em novembro de 1999. Também pesou nesse caso que acontecesse uma grande manifestação dentro do principal país imperialista do mundo.

Seattle inaugurou uma onda de mobilizações no mundo todo cujas características principais o documento da CUT acima citado sistematiza:

- participação de organizações sociais de diversos tipos;
- na maioria delas os sindicatos tiveram forte presença;
- a participação de jovens tem sido uma constante;
- a unidade de ação contra o FMI, o Banco Mundial e/ou a OMC (Organização Mundial do Comércio) se faz desde perspectivas múltiplas;
- em todas elas tem havido uma participação expressiva de delegações estrangeiras. Essas manifestações têm sido internacionais seja pela sua composição seja pelo seu impacto;
- não há um programa político e econômico comum, mas sim uma forte identificação na rejeição ao mundo desenhado pelo neoliberalismo;
- manifestações desse tipo já aconteceram em todos os continentes, mas foram particularmente impactantes quando ocorreram em países do capitalismo central;
- começa a se manifestar uma tendência a que manifestações nacionais ocorram simultaneamente às grandes manifestações internacionalistas;
- entre Seattle e Gênova (julho, 2001) há uma curva ascendente em número de participantes;
- o impacto político das manifestações tem levado aos organismos multilaterais do capitalismo internacional a buscarem “refúgio” longe das grandes concentrações urbanas ou construindo “bunkers” dentro das cidades onde acontecem as reuniões”.

Na esteira desses movimentos é que surgiu o Fórum Social Mundial em uma perspectiva peculiar (que buscava

respeitar aquelas características dos movimentos anti-globalização), tal como diz o documento supra citado:

“Organizações de diversos países e do Brasil, a CUT incluída, discutiram no ano de 2000 a necessidade de se buscar canalizar toda essa energia política anti-globalização para espaços de troca e de articulação entre aquelas organizações que mesmo estando mobilizadas contra a globalização neoliberal e suas mazelas, têm pouca ou nenhuma relação política entre si. Do reconhecimento dessa necessidade e da identificação de que a conjuntura mundial estava mais do que madura para uma iniciativa de grande porte nesse sentido, surgiu a proposta do Fórum Social Mundial.

O FSM é um espaço político plural. Não pretende ser uma organização onde alguns setores imponham decisões a outros. Busca se construir como um dos instrumentos de catalisação desse amplo movimento, embora não o único. O FSM é amplo e heterogêneo porque há um largo e heterogêneo espectro de posicionamentos críticos à globalização neoliberal. O grande desafio do FSM é acolher a todos, desde que respeitado um campo de compromissos comuns, expresso na sua *Carta de Princípios*”.

■ Um movimento, dois ou vários?

As convergências conseguidas nas ruas, unificando um grande leque de posições políticas e setores sociais em perspectivas comuns “anti” FMI, Banco Mundial, OMC, etc. não devem negligenciar a análise mais aprofundada de um fenômeno: essas manifestações têm como marca o surgimento de novos setores sociais (em geral, com grande presença de juventude), com formas organizacionais e com orientações políticas singulares quando comparados às tradições que têm hegemonizado o movimento operário no mundo todo nos últimos 50 anos (somadas todas as tradições comunistas, social-democratas, da esquerda crítica do estalinismo etc. e mesmo de suas respectivas “juventudes”).

São movimentos sem centralização política e sem estruturas orgânicas (funcionam como redes horizontalizadas), que rejeitam os padrões de funcionamento das organizações políticas e sindicais do movimento operário tradicional, que têm uma composição majoritariamente de jovens mas se recusam a ser considerados como “movimentos de juventude” –se consideram movimentos políticos– e têm como tática política fundamental a “ação direta” (não violenta, a maioria; violenta, alguns).

Mas não se trata de um fenômeno mundialmente homogêneo. Na Europa esse movimento está claramente separado do movimento operário tradicional –e, em muitos

países, há posições hostis de parte-a-parte. Nos EUA, desde o início em Seattle, os mais importantes desses grupos trabalham articuladamente com o movimento sindical (com a central sindical AFL-CIO). Nos países da América Latina a presença social ainda é pouco expressiva –se comparada à presença da esquerda tradicional na juventude.

Por outro lado, também no campo progressista e da esquerda tradicionais há diferenciações (fundamentalmente de posições políticas): enquanto algumas ONGs (como Focus on the Global South na Ásia, Global Exchange nos EUA) e novos movimentos sociais (exemplos ATTAC na França, 50 years is enough! nos EUA, Jubileu Sul no Terceiro Mundo) têm assumido posições radicais pelo fim da atual estrutura do poder mundial (FMI, BM, OMC etc.) outras ONGs, movimentos e sobretudo as grandes centrais sindicais têm trabalhado pela “reforma” desses organismos (as centrais sindicais mundiais e boa parte das centrais sindicais nacionais majoritárias têm defendido “medidas” que dêem uma dimensão social à atual globalização).

A questão é: seja para “abolir” a atual estrutura ou para “reformá-la” seria necessária outra correlação de forças políticas em nível internacional, mais favorável para os setores progressistas e de esquerda. Para esse objetivo é necessário continuar juntos –mesmo que com perspectivas diferenciadas. Esse tem sido o sentido da unificação nas ruas, nas manifestações unitárias.

Qualquer tentativa de desde já definir “campos” políticos teria um caráter nefasto para o movimento anti-globalização. Essa tentação está presente em alguns setores que participaram do FSM 2001 e que pretendem que só a visão “anti-capitalista” deve prevalecer no seu interior; chegam a afirmar que (ao lhe faltar a pureza “anti-capitalista”) o FSM pode chegar a se constituir em “freio” das lutas anti-globalização. Aqui a miopia política é completa: a grande construção de nosso movimento, o Fórum Social de Gênova (julho, 2001) que reuniu 300 mil pessoas nas maiores e mais impactantes manifestações já realizadas contra a atual ordem mundial, foi fruto direto da ação do FSM 2001 de Porto Alegre.

O grande desafio de nossa estratégia é o de promover a confluência dos movimentos novos e tradicionais e também das diversas perspectivas críticas da globalização (sejam “abolicionistas” ou “reformadoras”). Essa é a essência do FSM que se realizou em Porto Alegre em janeiro de 2001 e que se repetirá em 2002.

■ Um movimento, dois níveis de construção

Defendemos pois um FSM horizontalizado, com uma capacidade cada vez maior de atrair setores mais amplos

dentro de uma perspectiva crítica. Mas não propomos a diluição no seu interior. Ao dizer da tese da CUT acima citada:

“Simultaneamente, dentro do Fórum Social Mundial, a CUT tem se empenhado em estreitar relações com os movimentos sociais com os quais tem maior identidade política. Dessa visão surgiu a convocatória –em conjunto com o MST e a Via Campesina, ATTAC-França e Focus on the Global South da Tailândia– da plenária de movimentos sociais anti-globalização neoliberal, que no FSM 2001 lançaram o manifesto “Porto Alegre convoca às mobilizações”⁴, assinado por mais de 150 organizações de todos os continentes. Nele, afirmou-se uma plataforma unitária e um compromisso de atuação comum nas grandes mobilizações anti-globalização neoliberal do período. As diversas organizações que assinaram essa plataforma, reuniram-se novamente em 12-14 de agosto [2001] no México para fazer um balanço das mobilizações e da conjuntura, para traçar linhas de trabalho comuns e para ir construindo formas de articulação internacional entre si.

No mesmo sentido, a CUT vem se empenhando para incorporar setores cada vez mais amplos do sindicalismo internacional no seio do FSM, o que só será possível porque há uma crescente identificação deles com os objetivos da luta contra a globalização neoliberal e o reconhecimento da necessidade do trabalho unitário com outros movimentos sociais.

O FSM e as diversas iniciativas que a CUT leva adiante no seu interior constituem um grande desafio para sua capacidade de liderar um processo de recuperação e atualização do internacionalismo que marcou os melhores períodos históricos do movimento operário internacional”.

Esse embrião de “aliança social mundial” não se faz num sentido de disputa com os outros setores políticos e sociais do FSM, mas no de impulsionar aquilo que faz parte de uma estratégia comum entre os atores político-sociais que dele participam. Não busca impor uma agenda ao conjunto do FSM, mas dar maior articulação à agenda comum definida pelos movimentos e ONGs que se agruparam em torno a aquela convocatória.

■ O 11 de setembro e o FSM 2002

Os ataques terroristas aos EUA e a resposta guerreirista e o terrorismo de Estado do governo Bush buscaram minar essa dinâmica. Tentaram impor uma divisão de águas políticas entre o campo do fundamentalismo islâmico (cuja maior expressão passou a ser Osama Bin Laden) e o do fundamentalismo

neoliberal (com o Bush à cabeça), agora definido não só por via das armas mas da política internacional também.

Por ora, o principal resultado da ação de Osama Bin Laden foi a re-legitimação do governo Bush (nos EUA e no mundo todo) e da sua agenda imperial. Quanto durará? É difícil prever, dependerá da reação que se consiga construir desde os setores críticos à globalização neoliberal e à ordem mundial sob a hegemonia norte-americana.

A idéia dominante no campo do FSM é que Bush e Bin Laden fazem parte do mesmo jogo e do mesmo campo. Mas a demonstração prática dessa afirmação dependerá de quanto apoio conquistarmos no mundo todo para rejeitar ambas opções e construir outra –baseada nos valores expressos na *Carta de Princípios* do FSM. Essa é a fase da disputa política em que estamos atualmente.

O FSM 2002 terá, assim, pelo menos duas tarefas principais. Por um lado, continuar o processo de agregação de setores políticos e sociais, das mais diversas regiões do mundo, numa perspectiva crítica à globalização neoliberal. Pelas presenças que se anunciam, tudo indica que essa tarefa terá grande avanço (haverá maiores e mais expressivas presenças árabe, africana, asiática e norte-americana em relação a 2001). Por outro lado, há que se intensificar os debates sobre “o outro mundo possível”, delinear plataformas, definir perfis programáticos, articular iniciativas, relançar o movimento a escala mundial etc. Isso dependerá da perícia dos setores que vêm participando do FSM ou que estão se integrando nessa arena em conseguir aprofundar os debates desde a diversidade e dos setores mais militantes de estreitar seus laços políticos e programáticos. Nesse sentido, nós dos movimentos engajados na construção de uma “aliança social mundial” temos uma responsabilidade fundamental.

■ Notas

1 Utilizamos aqui como referência geral a tese sobre política internacional que está em debate para a 10ª Plenária Nacional da CUT a ser realizada em maio de 2002. Ver na página web da CUT em:
<<http://cut.org.br/10plencut/polper1.htm>>

2 Ver, a esse respeito, os escritos recentes de José Luís Fiori.

3 A Carta está disponível na página web do FSM:
<www.forumsocialmundial.org.br>

4 A íntegra do documento está em:
<http://www.forumsocialmundial.org.br/por/1ofi_1.asp>